

GOLPE CIVIL-MILITAR E ATUAÇÃO PARLAMENTAR NA PARAÍBA

Dmitri da Silva Bichara Sobreira*

Com o distanciamento do período relativo ao golpe civil-militar, Carlos Fico (2004) relata que vários mitos e estereótipos do período vão sendo quebrados no Brasil¹. Na Paraíba não é diferente. Este trabalho é fruto do projeto de pesquisa *Golpe civil-militar e implantação da ditadura militar na Paraíba: Adesão, repressão e resistência (1964-1968)*, onde nele se busca fazer uma nova análise do período a partir da Nova História Política², trabalhando um Estado como a Paraíba, longe dos grandes centros urbanos nacionais. Por cultura política entendo aquilo que Rodrigo Patto Sá Motta (2009) define como:

[...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhada por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (MOTTA, 2009; 21).

O projeto acima citado está dividido em três planos de trabalho, cada um analisando em setor diferente da sociedade. O plano de trabalho que embasou este texto é o que faz referência aos parlamentares e seus partidos políticos. Dentro deste trabalho será feita uma análise teórica dos partidos políticos, da conjuntura partidária nacional e como essa conjuntura refletia na Paraíba, mostrando as especificidades partidárias locais e os interesses políticos que moviam os deputados em apoiar, resistir ou se manter neutros em relação ao golpe de 1964, por motivos específicos, como, por exemplo, a sobrevivência política.

A fonte de pesquisa deste trabalho são os principais jornais que circulavam no

* Estudante de graduação em História pela UFPB, PIVIC do Prof. Dr. Paulo Giovanni Antonino Nunes do PPGH-UFPB

¹Entre os mitos citados por Carlos Fico, em seu livro *Além do Golpe*, estão o da classificação simplista dos militares em “duros” e “moderados”, a ideia de que só após 1968 houveram torturas e assassinatos políticos no Brasil, o mito da vitimação de Jango, o presidente reformista entre outros

²Entre os autores trabalhados estão René Remond com *Por uma história política* onde o autor vai traçar o caminho percorrido pela história política até o final da década de 1980, onde a política deixaria de ser voltada apenas para o Estado e os estadistas e se encaixaria em diversos setores da sociedade, e Pierre Rosanvallon com *Por uma história do político*, onde o autor vai diferenciar o exercício da política, do político, que é abordar questões como o Estado, as leis, a cidadania etc.

Estado à época, *A União* (periódico oficial do Estado), *Correio da Paraíba* e *O Norte*. Os periódicos são fontes de análise muito mais abrangentes que se imagina. Tânia Regina de Lucca (2008) aponta para o fato de eles deixarem de ser apenas fontes confirmadoras e passarem a ser fontes “problematizadoras”. Nessa pesquisa foram analisados os cadernos políticos de cada jornal e suas linhas editoriais. Jornais são meios de informar e de formar a opinião de uma sociedade, assim, colunistas políticos são fontes de análise bastante rica, eles mostram em seus textos importantes informações colhidas nos bastidores da política local, que acabam influenciando na política eleitoral do Estado.

Partidos políticos: aspectos teóricos e situação no Brasil na década de 1960

Não se pode discutir atuação parlamentar sem entender o conceito e como se caracteriza um partido político. Segundo Serge Berstein (1988), o partido se consiste num “Lugar onde se opera mediação política” (1988; 60), o indivíduo não atua sozinho politicamente. Os partidos são diferentes das outras instituições, eles tem metas e particularidades especiais: sua duração no tempo, extensão no espaço, aspiração ao exercício do poder evontade de buscar apoio da população. Eles surgem a partir de um estágio de modernização de uma sociedade. “Um partido político é, antes de tudo, uma reunião de homens em torno de um objetivo comum, e é em primeiro lugar sobre aqueles que reúne que ele é capaz de nos esclarecer.” (BERSTEIN, 1988; 72). O partido resulta assim em uma compilação de gerações. Há uma abordagem sociológica, que segundo Berstein o historiador não pode ignorar. Cada partido tem uma imagem que pretende passar de si mesmo, revelando assim que camadas sociais pretende agrupar para junto de si, isso perpassa para as eleições e para o eleitorado.

Diferente dos partidos fascistas, onde o poder está nas mãos de um único indivíduo, os partidos modernos tem um conjunto de membros que regem o partido. “A existência de oligarquias dirigentes é um fato comprovado por todos aqueles que se debruçaram sobre a existência dos partidos políticos.” (BERSTEIN, 1988; 84). Essa elite dentro do partido, precisa fazer com que esse tome uma direção. Precisa de uma ideologia que domine o partido.

Em todos os sentidos, a vulgata ideológica, tal como é expressa através da cultura política, constitui, portanto o núcleo duro da coesão das formações políticas, aquele que garante solidamente, para além dos acontecimentos conjunturais e dos acasos do cotidiano a perenidade dos partidos. (BERSTEIN, 1988; 91).

No período pré-golpe no Brasil destaca-se a atuação do presidente da época João Goulart, favorável aos movimentos sindicais, e aos mais radicais, como reforma agrária, fiscal e eleitoral. O presidente encontrou algumas dificuldades na aprovação desses projetos devido a conjuntura partidária da época. A partir da leitura de Nunes (2010), a crise partidária era evidente, os partidos políticos da época não conseguiam uma representatividade, o aumento dos votos de “protestos” e as coligações esdrúxulas entre partidos de ideologias diferentes dificultava a formação de blocos coesos³. O PSD enfrentava uma crise interna, a “Ala Moça” apoiava as reformas de base, indo de encontro aos setores mais conservadores do partido. Assim como o PSD, a UDN, partido historicamente conservador, tinha sua parcela de membros reformistas. Já o PTB estava dividido em dois grupos: o “Compacto” que mantinha uma linha independente ao trabalhismo de Goulart e o “Fisiológico” que apoiava em todas as ordens o presidente da república. O congresso estava dividido em duas frentes: A Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), formada pela maioria dos deputados do PTB e PSB, juntamente com setores “nacionalistas” do PSD, UDN e PDC, e a Ação Democrática Parlamentar (ADP) que era formada por membros do PSD, UDN e PSD e por alguns indivíduos ligados ao PTB.

Já na Paraíba, a Assembleia Legislativa era formada em sua maioria por políticos que eram ou proprietários rurais, ou estavam diretamente ligado às suas oligarquias. O governador da Paraíba, Pedro Gondim, em seu histórico político, sempre se manteve ligado ao movimento camponês e operário, porém, ao receber apoio dos grupos oligárquicos para sua eleição em 1962, acabou ficando dividido entre os trabalhadores e proprietários. O que refletiu no seu posicionamento político perante

³Os principais partidos atuantes na política nacional da década de 1960 eram a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Social Progressista (PSP).

alguns acontecimentos políticos.

Atuação parlamentar no imediato pré-golpe

Analisada a situação partidária no Brasil e na Paraíba, passo a recortar alguns acontecimentos que influenciaram os parlamentares na conjuntura de tomada de poder dos militares. No início de 1964 o governador da Paraíba acabou se afastando das alas esquerdistas devido acontecimentos como o episódio que ficou conhecido como a “Chacina de Mari”. Em janeiro de 1964 um confronto entre jagunços e camponeses acabou gerando uma das maiores tragédias do Estado da Paraíba. Organizados pelas Ligas Camponesas, trabalhadores rurais tentaram invadir uma propriedade na zona rural da cidade de Mari, que acabou em conflito gerando dezenas de mortos. O governador Pedro Gondim tentou apaziguar os ânimos entre a esquerda e os conservadores. Em debate na Assembleia Legislativa, o deputado João Batista Brandão (PDC) aborda o acontecimento em Mari como problema do governo federal, onde este estaria sendo conivente com a atuação desses indivíduos – os camponeses que geraram o conflito em Mari. (PROBLEMA... A União, 1964).

O clima apaziguador ficava apenas por parte do governador. Foram publicadas críticas no próprio periódico em Estado, em que o governador era acusado de ser conivente “com os bandos adestrados por agentes e pregadores de ideologias exóticas” (BATISTA, 1964). Seus aliados na Assembleia, a maioria deles grandes proprietários de terras, procuravam fazer pouco caso do ocorrido, “lavando as mãos” para o problema, já que a resolução deste problema “Cabe ao Governo Federal”.

Do lado da esquerda, após os acontecimentos de Mari, haviam acusações de supostas declarações em que deputados esquerdistas alegavam que, no Brasil, para haver reforma, era necessário derramamento de sangue. O deputado Agassis de Almeida (PSB) procurava esclarecer os acontecimentos na propriedade de Nezinho de Paula, criticando como estava sendo feita a atuação policial no caso. (ASSEMBLÉIA... A União, 1964).

Nos meses que antecedem o golpe, o Brasil vivia uma efervescência da política trabalhista de João Goulart. Todos os projetos de reformas sociais refletiam na sociedade brasileira de vários aspectos (inclusive em casos como o da “Chacina de

Mari”). A sociedade civil estava dominada por um medo comum à época, o de que uma “ditadura comunista” se instalasse no Brasil, por uma revolução nos moldes da Revolução Cubana de 1959⁴. Apesar dos principais partidos políticos no Estado estarem dominados por uma aristocracia rural, proprietária de terras, a qual temia as reformas do Presidente da República, e dizia que esta era manobra para uma Revolução Comunista no Brasil, havia ainda parlamentares isolados que iam de encontro a esse pensamento. Devido a isso um debate que se mostrava vivo na Assembleia era o da legalidade do Partido Comunista. Na Assembleia houve vários debates acerca da legalidade do PC no Brasil. O deputado Agassis de Almeida, sempre puxou debates sobre o assunto na Assembleia:

O deputado Agassis de Almeida, em seu discurso, manifestou-se favorável à medida, argumentando que, se a primeira virtude do regime democrático é a livre manifestação do pensamento, não devia negar aos comunistas o direito de expor e debater suas ideias. Essa seria a forma mais negativa de enfretá-las, pois não se afirma negando, mas debatendo.

Em oposição ao orador, manifestaram-se os deputados Francisco Souto e Luiz Pereira. O primeiro alegando que na Rússia, pátria do comunismo, não existe o direito de debate, pois só há um partido. Em aparte, o deputado Valdir Lima disse que partido representa uma classe. Nos regimes burgueses, onde existem classes em luta, há pluralidade de partidos. Na Rússia, onde só uma classe domina, só existe um partido, conseqüentemente. O deputado Luiz Pereira, discordando frontalmente do deputado Agassis de Almeida, afirmou que um plebiscito seria o melhor caminho para a decisão a respeito da legalidade do Partido Comunista, pois só assim seria realmente ascoltado a opinião do povo e não apenas a dos demagogos e dos falsos nacionalistas que era preciso desmascarar e combater. (LEGALIDADE... 1964)

A atuação parlamentar na Paraíba às vezes, como já foi dito, era independente da posição do partido. O deputado Agassis de Almeida, sempre se posicionou a favor do

⁴A cultura do anticomunismo estava dividida em três esferas: Cristã, mais especificamente católica; Nacionalismo; Liberalismo. Para um maior aprofundamento sobre como se deu a política do anticomunismo no país ver Rodrigo Patto Sá Motta: *Em guarda contra o perigo vermelho* (2009)

PC, assim como outros deputados e figuras importantes da classe política paraibana, como Humberto Lucena que também posicionara-se a favor da legalidade do PC (HUMBERTO... 1964). O deputado Waldir dos Santos Lima (PDC), era outro que se posicionava a favor do PC. Em discurso o deputado apoiava a volta do partido à legalidade em respeito à democracia:

Ninguém é dado desconhecer a existência do Partido Comunista Brasileiro. Primeiro pela sua participação na política brasileira, através dos líderes que atuam como filiados de outras legendas, sem contudo esconder a condição de militantes comunistas; segundo porque sempre que se esboçam as eleições, os candidatos democratas vivem a cortejar o apoio do PC. (...) Combater a legalidade do Partido comunista Brasileiro é negar a livre manifestação de pensamento, que é uma das grandes conquistas do regime democrático. (COMBATER... 1964)

Percebe-se então que no período que precede o golpe, o discurso de alguns deputados era o de apoio ao Partido Comunista em virtude da liberdade de posicionamento político do regime democrático. Assim, a liberdade política e os posicionamentos políticos nos primeiros meses de 1964 na Paraíba aparentemente eram independentes do posicionamento da legenda partidária. Algo que poderá mudar com o golpe. Os políticos terão de decidir entre a adesão à “revolução” e ao movimento militar, ou o apoio ao deposto João Goulart. Isso acabou influenciando a posição de adesão ao golpe do governador do Estado, Pedro Gondim. O curioso posicionamento político dos parlamentares na Paraíba, independente, ou não, do posicionamento nacional do partido mostra como a cultura política local interferia nos interesses partidários.

O golpe de 64 acaba pegando de surpresa a conservadores e esquerdistas na Paraíba. Parte do secretariado de Gondim aderira ao movimento, pois já haviam defendido o rompimento com Goulart. Gondim só se posicionara um dia depois do golpe, quando teve certeza do sucesso da “revolução”. A instituição dos IPMs (Inquéritos Policial Militar), instalados em todas as instâncias do governo para investigar os funcionários civis, no intuito de encontrar elementos subversistas ligados ao comunista. Não se restringindo ao campo dos organismos públicos, crescia dentro de

círculos militares a pressão para que o cerco fosse fechado também na população em geral. Na ordem política, Maria Helena Moreira Alves (1989) destaca a vigilância que se implantou aos partidos. O alto número de cassações demonstrou a importância dada pela operação aos setores executivo e legislativo. Para a autora:

A política de cassações teve duas importantes funções: intimidou o Congresso com o “efeito demonstrativo” do que poderia acontecer aos que se rebelassem e reduziram significativamente as possibilidades de coalizão parlamentar entre os dois principais partidos, o PTB e o PSD. Note-se que a UDN foi totalmente poupada dos expurgos. Como partido extremamente conservador, ela forneceria a principal base de apoio político-parlamentar do novo Estado. (ALVES, 1984, p. 63)

O PTB aqui na Paraíba toma posição favorável ao Presidente deposto. Em telegrama encaminhado ao líder paraibano do partido, Argemiro de Figueiredo:

Os deputados trabalhistas da Assembleia Legislativa (...) fizeram uma reunião no Palácio das Secretarias, ontem pela manhã. Depois de muitos debates, deliberaram telegrafar ao senador Argemiro Figueiredo, que deverá assumir a presidência do partido no país, hipoteticando-lhe irrestrita solidariedade. Pedem, no telegrama, que transmita ao “presidente” João Goulart nosso pensamento no lealdade partidária. O redator da mensagem foi o próprio líder da bancada, deputado Ronaldo Cunha Lima. (SOUTO, 1964)

O processo de cassações foi bastante rígido com os deputados de passado ligado às legendas e aos movimentos comunistas. Nas duas instâncias, estadual e municipal, foram instaurados processos de cassações. O vereador Antônio Augusto de Arrouxelas Macêdo e seus suplentes, José da Silva Gomes (Zé Moscou) e Leonardo Leal. Na instância estadual, foi instaurada uma comissão, formulada pelo deputado Joacil de Brito Pereira (UDN), composta pelos deputados e seus respectivos suplentes: José Fernandes e José Gayoso (PSD); Antônio Gadelha e Francisco Pereira (UDN); Ronaldo Cunha Lima e Inácio Feitosa (PTB); José Lima e Otacílio Jurema (PSB); Waldir Lima e Francisco Souto (PDC). Esses deputados estavam encarregados de analisar a cassação

dos deputados Assis Lemos e Langstein de Almeida (PSB), e dos seus suplentes, Figueiredo Agra e Agassis de Almeida. Um dia depois de instaurada a comissão, decidiu-se pela cassação dos mandatos:

Com 29 deputados em plenário a Assembleia Legislativa decretou, ontem, à tarde, em sessão, extraordinária, (por unanimidade) a cassação dos mandatos dos srs. Assis Lemos e Lagstein de Almeida – titulares das cadeiras – Figueiredo Agra e Agassis de Almeida, suplentes. Todos quatro pertencentes a legenda do Partido Socialista Brasileiro e incursos nas sanções previstas em artigos do regimento interno da “Casa de Epitácio Pessoa” (ASSEMBLÉIA... 1964)

Depois disso, vários políticos importantes como o prefeito da cidade de Campina Grande, Newton Rique, é cassado juntamente com outras forças de esquerda por se mostrarem contra o golpe⁵. Sobre a cassação de Rique, foram feitas manifestações populares principalmente no comércio e na indústria, que fecharam suas portas contra a medida tomada, além dos deputados que se mostraram quase unânimes contra sua cassação. O assunto foi debatido em sessão do legislativo estadual, onde o deputado Sóstenes Pedro (PSD) leu o discurso de despedida de Rique. O deputado José Fernandes de Lima (PSD) demonstrou surpresa com o mandato dirigido pelo conselho de segurança nacional. A bancada do PTB através do deputado Romeu Gonçalves de Abrantes demonstrou solidariedade com o correligionário. O deputado Inácio Feitosa (PTB), que tem laços familiares com Rique, também discursou em apoio ao ex-prefeito. Além de representantes do PSD e PTB, Luiz Ribeiro Coutinho (PDC) manifestou-se contra tal atitude:

[...] também o Dr. Luiz Ribeiro Coutinho ofereceu um aparte ao deputado Inácio Feitosa para acentuar que o chefe do seu partido (União Democrática Nacional) manifestasse no senado contra a cassação do mandato do prefeito de Campina Grande, salientando que um jovem idealista como Newton Rique, não podia ter sido atingido pela medida. (ACONTECIMENTOS...

⁵ Além da cassação de Newton Rique há também o afastamento do prefeito da cidade de Souza, Antônio Mariz.

1964)

Assim, nessa conjuntura de adesões e cassações de mandatos, outro ponto importante para o caminhar dos acontecimentos, como a instituição do AI-2, foi a prorrogação do mandato do presidente Castelo Branco. Para Lúcia Grinberg (2009) o mesmo governo que cassara os mandatos dos parlamentares em 1964, pretendia governar sem abolir a negociação com o legislativo. A nível nacional, as lideranças udenistas apoiavam tal medida, pois não consideravam o provável candidato do partido, Carlos Lacerda, um bom nome para a presidência. Ele passara a integrar os quadros da linha dura contrária ao atual presidente. Isso ia de encontro a alas mais liberais do partido, onde essas eram engrossadas pelos senadores Daniel Krieger e o paraibano João Agripino. “Nenhum deles via com bons olhos a possibilidade de vitória de Lacerda, acreditando, inclusive, que ele se tornaria um ditador se chegasse á Presidência. Daí a intenção de protelar por um ano o mandato do presidente Castelo Branco, dando-lhe mais tempo para as reformas e adiando a eleição presidencial” (GRIMBERG, 2009; 56).

Na Paraíba a posição do governador era favorável ao “Mandato Tampão”, apesar desse se esquivar várias vezes dessa questão. A base do governo na Assembleia Legislativa se posicionou a favor de tal medida. Alguns deputados, como Nivaldo de Brito (PSD) mostraram-se a favor do mandato tampão, seguindo a linha geral de seu partido, que em julho de 64 aderiu ao movimento após a cassação do seu candidato à presidência da república, Juscelino Kubitschek.

Percebe-se que os políticos e seus respectivos partidos na Paraíba tiveram uma atuação bastante independente de seus colegiados nacionais. Isso comprova a tese de Wanderley Guilherme dos Santos, *O calculo do conflito: estabilidade e crise na políticabrasileira*, onde é analisada por Fico (2004; 263) da seguinte forma:

O Congresso brasileiro e a “estrutura política em geral” vivem uma crescente polarização, “isto é, uma divisão equilibrada de forças entre partidos politicamente diferentes”. Grupos radicalizados no interior de cada partido não sustentavam acordos políticos: “coalizões ad hoc, articuladas para impedir a adoção de políticas e não para servir como coalizões governamentais, tornam-se, em tais condições, um resultado altamente provável”

Assim, para dos Santos, o sistema político brasileiro estava bastante comprometido, não havendo assim meios de operar e aprovar os projetos necessários para as reformas preteridas por Goulart. Como percebe-se o cenário da Paraíba não difere muito do nacional. As coalizões partidárias “esdruxulas” e os políticos que atuavam por conta própria, independentes do seu partido, faz com que o golpe na classe política paraibana tome todos de surpresa e a adesão de alguns elementos se dê mais pelo medo da perseguição política (cassação de mandatos) que pelo apoio à “revolução”.

Alguns partidos políticos como o PTB, através de membros como Ronaldo Cunha Lima, ainda procuraram manter a linha alinhada a Jango, mas como pode-se perceber esses elementos acabaram perdendo seus direitos políticos, assim como o próprio governador Pedro Gondim, que de início apoiara o golpe.

Esse contexto inicial do golpe na Paraíba irá se desenrolar até o ano seguinte, com as eleições para governador, onde o udenista João Agripino será eleito e posteriormente com o Ato Institucional número dois (AI-2) e a suspensão das eleições para governador e instituição do bipartidarismo. A formação dos dois partidos no Estado, ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro) irá ter bastante influência nesse contexto, onde haverá uma grande dificuldade na formação do partido de oposição, devido ao medo da repressão.

A cultura política paraibana, onde a maioria dos políticos é ligada a uma tradição coronelista-latifundiária, faz com que o posicionamento político se torne mais reacionário com o golpe militar. Mas isso não é regra. Alguns elementos até no decorrer dos anos pós-abril de 1964 até a instituição do Ato-institucional número cinco (AI-5) e o fechamento do Congresso, ainda mantem-se, nas suas devidas limitações, no combate à ditadura militar. Na Paraíba, mesmo com toda a tradição política, ainda há alguns elementos que se distinguem dessa cultura política local.

Referências:

Hemerográficas:

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

Acontecimentos em Campina Grande tiveram repercussão no plenário. **O Norte**. João Pessoa. 17 jun 1964

Assembléia deliberou por unanimidade cassar os mandatos de 4 parlamentares. **O Norte**. João Pessoa, 11 mar 1964.

Assembléia: Problema agrário voltou a ser assunto dos debates. **A União**. João Pessoa, 30 jan 1964.

BATISTA, J. O governador e a tragédia de Marí. **A União**. João Pessoa, 07 fev 1964.

Combater a legalidade do PC é negar a própria democracia. **A União**. João Pessoa, 03 mar 1964

Humberto Lucena depõe: “Sou pela volta do PC à legalidade”. **A União**. João Pessoa, 26 fev 1964.

Legalidade do PC foi motivo de debates na sessão de ontem. **A União**. João Pessoa, 21 fev 1964.

Problema agrário foi assunto principal da sessão de ontem. **A União**. João Pessoa, 22 jan 1964.

SOUTO, José. Ronda Política: Telegrama. **O Norte**. João Pessoa, 03 mar 1964.

Bibliográficas:

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil(1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René. (Org.) **Por uma História Política**, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: **Revista**

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, vol 24, N. 47, 2004.

GRINBERG, Lúcia. **ARENA: Partido político ou bode espiatório.** Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos,** Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

_____. **Introdução à história dos partidos políticos no Brasil,** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. A quebra da ordem institucional e a ditadura militar no Brasil. In: ARAÚJO, E.M. N.; NÓBREGA, E. M. M.; SANTO NETO, M. G.; BARBOSA, V; L.. (Org.). **Historiografia e(m) diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico.** 1 ed. Campina Grande: Editora da UFCG, 2010, v. 1, p. 278-294.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política,** Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996a, p. 13-36.